

## Editorial

Dois anos, já, desde o primeiro número de Plureal – que passou a ser Laboreal.

Uma comunidade científica hispano-lusófona consolidou assim os seus laços, reforçou a cumplicidade dos seus encontros, estabeleceu novos contactos, assumiu outros projectos.

Laboreal parece, efectivamente, responder a uma necessidade, dos dois lados do Atlântico – e não só.

O Dossier que abre este 5º número é disso bem revelador: o trabalho infantil, insustentável realidade nem sempre visível, na África, na Ásia e na América Latina; mas também em países de economia desenvolvida ou industrializados como os Estados Unidos e os países da Europa. Maria de Fátima Pereira Alberto e Mary Yale Neves reuniram sobre a temática três contribuições que respondem de forma particular à proposta de abertura pluridisciplinar pretendida para a Laboreal: a ancoragem faz-se, sim, na análise do “real” da actividade, e por isso são convocados certos contributos das disciplinas científicas que estudam a evolução dos estados de saúde no/pelo trabalho; mas a abordagem alarga-se com um referencial que abarca a psicologia, a sociologia, a história cultural, a economia, o direito da criança e do adolescente e as políticas públicas.

Assim, a reflexão desenvolvida no artigo de Maria de Fátima Pereira Alberto, baseada num conhecimento concreto da actividade informal de meninos e de meninas na rua, enriquece-se com um enquadramento dos factores (económicos, psicossociais, culturais e políticos) que, cumulativamente, vão contribuindo para que estas situações se perpetuem.

O contributo de Mayte Amazarray, Luciana Thomé, Michele Polletto e Sílvia Koller procura, sobretudo, um entendimento das formas como se articulam as concepções ideológicas, a subjectividade e a saúde do trabalhador infantil. Pretendem deste modo reunir fundamentos para intervenções menos falíveis no sentido da erradicação deste problema social. E aproveitam para realçar a ausência, na maioria dos estudos, de referência à perspectiva das crianças e dos adolescentes trabalhadores – valorizando-se em geral essencialmente o ponto de vista dos adultos envolvidos.

Gianni Paone, quanto a ele, interpela a perspectiva do senso comum segundo a qual o trabalho infantil estaria erradi-

cado das sociedades ocidentais. Na verdade, este assume nos países economicamente avançados expressões diferentes, cujo conhecimento é indispensável às estratégias, políticas e planos de acção futuros que pretendem esbater as desigualdades sociais. Percebemos então que o trabalho de menores preenche os interstícios de um mercado de trabalho fragmentado, especialmente prevalente em vários sectores da economia informal. Percebemos também que a transição de alguns países da Europa de Leste para uma economia de mercado trouxe o ressurgimento do trabalho de menores na Europa Central e do Leste.

Mas existem várias maneiras de questionar a divisão do trabalho científico: apostando na complementaridade das abordagens, como no dossier sobre o trabalho infantil; ou interrogando uma disciplina à luz dos contributos de outra. Foi esta a postura assumida por Sara Ramos, na rubrica “Apresentação de obras”, no encontro que erigiu entre a sócio-antropologia da técnica e a psicologia do trabalho. Quais as semelhanças mas, sobretudo, os contributos das opções científico-metodológicas desta tradição científica para a investigação em psicologia do trabalho: eis a questão central de um artigo que acaba por realçar como a compreensão da actividade humana passa pela consideração da sua historicidade e da sua (re)construção contínua, considerando sempre os utilizadores como protagonistas das escolhas técnicas implementadas.

Protagonistas: a palavra tem tido um relevo crescente nas publicações de Laboreal, destacando uma preocupação em encontrar suportes, nomeadamente metodológicos, susceptíveis de mediar o diálogo entre os que se situam mais do lado da produção científica e os que desenvolvem as suas profissões no terreno das pesquisas e intervenções. O artigo de Carla Barros-Duarte, Liliana Cunha e Marianne Lacomblez, integrado na rubrica instrumentos de investigação, avança, precisamente, na afirmação de que é possível conceber instrumentos estandardizados compatíveis com a postura ética subjacente ao uso da palavra “protagonistas”. Apresentam-nos o INSAT – Inquérito Saúde e Trabalho, desenvolvido com o objectivo de estudar as consequências do trabalho e das condições de trabalho,

actuais e passadas, ao nível da saúde e do bem-estar. Mas insistem numa especificidade, relativamente a outros inquéritos de mesmo cariz: a de poder ser completado pelos próprios sujeitos, sem a mediação (habitual) de médicos ou psicólogos/sociólogos do trabalho.

Também é face aos seus protagonistas, passados, que se situa Andrew Hale: o seu encontro com Alain Garrigou está na origem da publicação em português do texto da sua última aula, antes de se reformar. É hora de balanço e, sem medo da polémica, de uma síntese do que foi o estudo dos contributos científicos para a área da segurança no trabalho, durante os seus 40 anos de carreira. Uma revisão das publicações em revistas dedicadas à área orienta então o desafio que propõe às próximas gerações, ao nível da educação e formação e ao nível da pesquisa.

E é precisamente porque pretendemos que a revista *Laboreal* seja atenta à emergência de novas perspectivas, que criámos uma rubrica para difusão das teses de doutoramento. Apresentamos desta vez dois resumos: da Karine Chassaing e do Esteban Martinez.

A primeira, em ergonomia, defende a tese segundo a qual o trabalho manual ainda prevalece em muitas situações de trabalho, apesar de ter perdido a sua visibilidade social. A expressão crescente de perturbações musculoesqueléticas, verdadeiras patologias do gesto, constitui uma prova clara dessa afirmação. Daí o projecto de identificar a complexidade dos gestos, apurar a compreensão da sua construção, propor um modelo centrado no conceito de “gestualidade” para, finalmente, sugerir pistas de acção a vários níveis de intervenção.

A outra tese, em sociologia do trabalho, analisa a forma como os trabalhadores se têm vindo a relacionar com a questão do tempo de trabalho – em razão da evolução dos sistemas de emprego, da crescente flexibilidade da organização do trabalho e da transformação das formas de subordinação salarial. O estudo de três grupos profissionais distintos torna claro que as temporalidades do trabalho se inscrevem em relações sociais de trabalho diferenciadas e desiguais. E a variabilidade no reconhecimento da disponibilidade temporal dos trabalhadores contribui para a segmentação do mercado laboral. Passa então a ser claro que as variantes que assume a norma temporal flexível emergente, reflectem as divisões sociais e sexuais do emprego.

O Dicionário permitir-nos-á, aliás, voltar a tratar de género e de tempo de trabalho.

Porque chegamos agora ao “G” e ao “H”.

“G” de “Género”. Quem não se teria lembrado de Karen Messing? E do seu talento em conciliar a irreverência e a seriedade?

“H” de “Horário”. Aqui também, a história das nossas referências privilegiadas não deixou margem para hesitações: só Yvon Quéinnec nos podia surpreender, ainda, com um condensado inédito das suas reflexões nessa matéria.

São, sem dúvida, dois contributos singulares que nos desafiam a novas ou renovadas apropriações destes conceitos.

A todos desejamos uma boa leitura.

Pelo Comité Executivo da revista.

Marianne Lacomblez